

Olhar crítico

“São tempos estranhos, muito estranhos, geradores de grande perplexidade nacional. E o Brasil, como nós estamos vendo, continua sangrando”, disse o ministro Marco Aurélio Mello. O ministro estava inspirado, mas sua fala reflete os dias atuais. Queremos como todo brasileiro um país melhor, mais seguro. A esperança é a última que morre, infelizmente: “Cada povo tem o governo que merece”, e o brasileiro ainda precisa de muito iluminação para aprender a votar, e a exigir dos partidos que pessoas sérias se candidatem. Os interesses são sempre outros, e o discurso político começa a ser trocado pela dura realidade. Vamos, traídos pela filosofia socialista do PSDB, PMDB e do PT que fizeram do interesse público somente o interesse privado deles próprios. Seguimos com um legislativo inconfiável, com muitos deputados e senadores corruptos que foram reeleitos. Agora nos resta seguir a canção das armas vencendo as flores, do preconceito vencendo o respeito, dos povos minoritários perdendo suas terras, da educação sem formação de cidadão, de mais médicos sem médicos, da americanização do povo brasileiro.

Povo, vida de gado, pobre infeliz do homem que confia no homem. Nada muda para o assalariado. Seguindo em frente, vamos acreditar, a esperança é a última que morre. Estamos no início de um mandato, não podemos deixar de ter um olhar crítico nesta nova forma de fazer política, que de nova não tem nada.

4 passos para reduzir a rotatividade de funcionários

A rotatividade de funcionários faz parte da realidade de qualquer empresa. De tempos em tempos, colaboradores são demitidos ou pedem demissão por diversos motivos, e cabe ao empreendedor fazer novas admissões ou adaptações na equipe para que tudo continue funcionando.

Mas a situação foge do controle quando se torna muito frequente. Normalmente, isso indica que a empresa não está conseguindo reter os seus talentos, que vão buscar novas oportunidades de trabalho porque não confiam na organização ou não se sentem motivados o suficiente para trabalhar nela - o que é um grande problema.

Além de chamar atenção para dificuldades internas, o alto índice de demissões gera outros transtornos. Quando surge a necessidade de contratar novos funcionários com frequência, os colaboradores precisam passar por um período de aprendizagem em que naturalmente não costumam produzir tanto quanto um funcionário já habituado àquelas funções. Como consequência, a produtividade da equipe cai, e isso não é nada legal para o seu negócio!

Então, o que você pode fazer para evitar a rotatividade de funcionários na empresa? Continue a leitura na página 2

Liberdade de Pensamento e Regilião

O Santo padre fez uma extensa reflexão sobre os direitos humanos, recordando que neste ano de 2018 se completará 100 anos do final da Primeira Guerra Mundial.

Francisco comentou que, infelizmente, “o direito à liberdade religiosa seja muitas vezes menosprezado não sendo raro que a religião se torne quer ocasião para justificar ideologicamente novas formas de extremismo quer pretexto para a marginalização social, senão mesmo perseguição, dos crentes”.

Em seguida, o Santo Padre sublinhou que “a construção de sociedades inclusivas requer como condição uma compreensão integral da pessoa humana, que pode sentir-se verdadeiramente acolhida quando é reconhecida e aceita em todas as dimensões que constituem a sua identidade, incluindo a dimensão religiosa”.

Falando, logo após, sobre a Síria, o Pontífice ressaltou a importância de “trabalhar para promover as condições jurídicas, políticas e de segurança, em ordem a uma retomada da vida social, onde cada cidadão, independentemente da sua pertença étnica e religiosa, possa participar no desenvolvimento do país”.

“Neste sentido, é vital tutelar as minorias religiosas, entre as quais se contam os cristãos, que há séculos contribuem ativamente para a história da Síria”, acrescentou. O Pontífice ressaltou em seu discurso que “entre os direitos humanos que gostaria de lembrar hoje, está também o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, que inclui a liberdade de mudar de religião”.

6 erros de gestão financeira que prejudicam as micro e pequenas empresas

Um dos grandes desafios do micro e pequeno empreendedor é manter as finanças em dia para que o negócio sobreviva no mercado e, mais do que isso, gere uma boa margem de lucro.

Algumas práticas comuns e que parecem inofensivas podem ser muito perigosas e trazer quedas significativas no desempenho da empresa. Listamos algumas que devem ser evitadas

1. Misturar finanças pessoais e da empresa

Para alguns empreendedores, ter livre acesso ao caixa da empresa é um convite para fazer retiradas frequentes e atender às necessidades individuais ou família.

2. Não definir um “pró-labore”

Você usa o dinheiro que entra na sua empresa para cobrir as despesas pessoais sem estabelecer para si um salário fixo? Isso afeta o capital de giro do negócio e é um dos principais motivos que levam as empresas à falência no Brasil.

3. Deixar o fluxo de caixa desatualizado

O fluxo de caixa é a ferramenta mais básica e importante para conseguir um

bom controle financeiro, e é o registro de todos os ganhos e despesas da empresa.

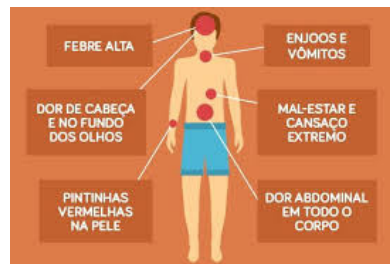
4. Fazer registros em lugares diferentes Não é segredo que, para prosperar, qualquer empresário precisa ter total controle de todo dinheiro que entra e sai. Além de ter uma boa frequência, é importante que esses registros sejam reunidos em um só lugar para que nenhum se perca.

5. Não fazer reservas

Muito provavelmente você já sabe identificar em quais períodos a sua empresa apresenta um faturamento acima da média. Aproveite esses momentos para reforçar sua reserva financeira.

6. Realizar empréstimos frequentes

No Brasil, um dos maiores obstáculos das empresas é conseguir crédito. Quando conseguem o crédito necessário para levantar capital de giro, investir em equipamentos para expansão ou até mesmo pagar despesas cotidianas e ficar com as contas em dia, muitos empresários enfrentam um problema ainda maior: os juros exorbitantes praticados pelos bancos tradicionais.



O verão vem com força total e a dengue também. A dengue é uma doença aguda, causada por um vírus e cuja transmissão ocorre através da picada do mosquito fêmea *Aedes aegypti* infectado. É a virose urbana mais difundida no mundo, pois, com exceção da Europa, ocorre em todos os continentes. É uma doença de áreas tropicais e subtropicais, onde as condições do meio ambiente favorecem o desenvolvimento do mosquito *Aedes aegypti*.

Henrique Meirelles: ocupar Secretaria em São Paulo não é retrocesso

Após aceitar convite para a Secretaria da Fazenda e Planejamento em SP, ex-ministro da Fazenda fala sobre desafios do novo cargo

Pág 4

REALIDADE Tributária

Realidade Tributária - excelente serviço de apoio aos pequenos e micro-empresários. Confira os serviços disponibilizados e entenda o significado das assessorias tributária e jurídica.

Pág. 3

IPVA 2019 está disponível para consulta e pagamento

Os proprietários de veículos registrados no Estado de São Paulo podem conferir o valor do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2019.

Pág. 4

Varejo perderá muitas vendas

A Federação do Comércio de SP fez uma análise de que o comércio vai perder muitas vendas por causa dos poucos feriados que ocorrerão em 2019. Verifique os pontos que trouxeram a tona o estudo.

Pág. 2

Informativo Sindical

1-Ação coletiva 13º sobre PIQ (período 1996 a 2000)

Encerramos a fase de CADASTRAMENTO de todos os nossos filiados no sistema do E-SAJ. Agora estamos fazendo os protocolos um a um, juntando as peças necessárias para apreciação do magistrado dos pedidos de RPV's (Requisição de Pequeno Valor). Mais novidade informaremos via e-mail, "site", "facebook" e ou carta.

Haverá uma segunda fase de pagamento do valor controverso que recorreremos para pagamento posterior, que trata justamente dos juros, o qual está em repercussão geral do S.T.J.

As execuções por outros advogados

são desnecessárias e descabidas, estamos fazendo tudo dentro do prazo e poderá ocorrer duplicidade de recebimento, pois, os valores já foram homologados, e poderá ocasionar multa por litigância de má fé.

Aos fazendários que ainda não ganharam ou não foram contemplados nesta ação, a partir do próximo ano, realizaremos execução individual. Os interessados deverão entrar em contato (juridico@sindfesp.org.br).

2-Ação Coletiva dos Adicionais e sexta-parte sobre o PIQ.

Enviamos ofício solicitando os informes dos filiados para realização do cálculo da execução, pois dependemos da apresentação dos informes para continuidade do pedido dos

atrasados. A SEFAZ já começou a fazer os levantamentos dos valores atrasados. Conforme parecer da procuradoria foi limitado à data de filiação.

Este é um assunto a ser verificado individualmente pelo nosso Depto Jurídico e levado ao M.M. Juiz, pois muitos pagam por boleto, e não é o Estado que decide a data de filiação à Entidade.

3-Cobrança (Taxa Assistencial)

Esclarecimento: Ficou consignado em Assembleia, que será cobrado dos filiados, um percentual de 7% apenas sobre os valores ganhos em ações individuais impetradas pelo Sindicato. Para as ações coletivas será cobrado um percentual de 5%.

Sendo que, este percentual será destinado para contratação de estagiários, troca de computadores e demais equipamentos, pagamento de diligências jurídicas, enfim, tudo para agilizar e gerar mais benefícios.

Obs: Mantenha seus dados atualizados para melhor atendê-los(as).

4-Benefícios Sindfesp

Temos parceria com colônias de férias e hotéis com descontos vantajosos. Desconto em farmácia - Parceria com o Clube do Benefício - Certificado Digital - Planos de Saúde/Odonto - Auxílio Funeral - Seguros: Carro, residencial, celular, viagem e outros. Acesse nosso site www.sindfesp.org.br para informações, notícias e convênios. Diretoria Executiva Sindfesp

Varejo brasileiro deve deixar de faturar R\$ 7,6 bilhões em 2019

A Federação do Comercio de São Paulo analisou que os poucos feriados nacionais provocarão perdas.

Segundo a Entidade, prejuízo será 32% menor do que em 2018.

Estudo desconsidera feriados estaduais e municipais, que também prejudicam a atividade comercial.

O varejo nacional deve perder R\$ 7,6 bilhões em 2019 por conta dos feriados e pontes, segundo estimativa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Esse montante é 32% menor do que os R\$ 11,2 bilhões estimados em 2018. O prejuízo será reduzido pelo fato

de ter mais feriados aos finais de semana e menos pontes de emendas. No ano passado foram 15 dias entre feriados e pontes; em 2019, serão dez dias.

O setor de outras atividades é o que deve contabilizar a maior perda, cerca de R\$ 3,16 bilhões, queda de 32% em relação a 2018.

É importante ressaltar que nesse grupo predomina o comércio de combustíveis, além de joias e relógios, artigos de papelaria, dentre outros. A atividade de supermercados perderá cerca de R\$ 1,93 bilhões em 2019 e também deve ter retração de 32% em comparação a 2018. Os demais segmentos que devem deixar

de faturar com os feriados e pontes são: farmácias e perfumarias (-31%), com perda de faturamento de R\$ 1,1 bilhão; seguido de vestuário, tecidos e calçados (-32%), com R\$ 801 milhões; e móveis e decoração (-33%), com montante atingido de R\$ 620 milhões.

A FecomercioSP desconsiderou os feriados estaduais e municipais que também prejudicam, em média, a atividade comercial.

Na análise da Entidade, R\$ 7,6 bilhões podem parecer um enorme dano ao varejo, contudo, este valor representa 0,4% de tudo que o setor fatura em um ano, ou cerca de um dia e meio de comércio

completamente fechado.

Além disso, com a economia mostrando sinais de recuperação mais forte, a tendência é de haver um crescimento ainda maior em 2019.

Para Federação, a discussão de perdas por conta dos feriados vai ficando pra trás, a expectativa é de que as famílias terão mais oportunidades de trabalho e ganho de renda, o que proverá grandes benefícios a todos os segmentos.

A FecomercioSP ressalta que o estudo não visa analisar a transferência de renda para outros setores, sobretudo, o turismo, que é sabido que é favorecido nestes períodos.

4 passos para reduzir a rotatividade de funcionários na sua empresa

1. Identifique os problemas

Em alguns momentos, as empresas precisam demitir funcionários por inadequação profissional ou por necessidade de cortes na folha de pagamentos. Mas, quando os funcionários é que sempre pedem demissão, é muito importante entender o motivo que leva as pessoas a deixarem a organização.

Quando um colaborador quer deixar o emprego, normalmente é questionado sobre a razão que o levou a tomar aquela decisão. Mas essa informação nem sempre é suficiente para identificar tudo o que há de errado com a equipe e planejar mudanças. Nessa situação, peça ao funcionário para expor o motivo de sua saída e também indicar pontos que podem ser melhorados na sua empresa. Algumas questões apontadas por ele também podem ser incômodas para outros colaboradores, e se forem tratadas com a devida atenção, podem propiciar um ambiente de mais agradável para todos.

2. Proporcione um ambiente leve

Ninguém se sente confortável em um lugar onde as pessoas não se dão bem ou não se sentem valorizadas e compreendidas, por exemplo. Por outro lado, em ambientes mais descontraídos, onde os colegas se entendem e se ajudam mutuamente, trabalhar se torna muito mais prazeroso. Já parou para observar como anda o relacionamento entre os membros da sua equipe e, principalmente, avaliar a sua postura como líder? Um simples desvio de comportamento pode ser crucial para gerar um mal-estar e incentivar um bom funcionário a deixar a empresa. Fique atento!

3. Avalie salários e estratégias de motivação adotadas pelo mercado

O salário ainda é um dos fatores que mais pesam na decisão dos profissionais que buscam um novo emprego. Com alguma frequência, compare o quanto a sua empresa está com o que é pago pelas organizações concorrentes na sua região. Se as remunerações forem parecidas, as chances de reter talentos por mais tempo na sua empresa são maiores, já que pelo menos em relação a esse aspecto, eles podem se manter satisfeitos.

Estude, também, iniciativas que vão além das questões salariais para fazer com que os funcionários se sintam mais valorizados.

4. Invista em ações de capacitação

Autoconfiança é muito importante para que os profissionais sintam prazer em realizar o seu trabalho. Para mantê-los assim, a empresa pode oferecer treinamentos periódicos, cursos, palestras e diversas modalidades de aperfeiçoamento para que os colaboradores adquiram novos conhecimentos - inclusive para colocá-los em prática na própria organização. Isso também permitirá que os funcionários se tornem aptos a desempenhar outras funções e cumprir novas tarefas. Você já desenvolveu alguma ação nesse sentido?

Para qualquer empresa, a rotatividade elevada de funcionários não é interessante. A demissão e contratação de colaboradores envolvem custos altos, além de comprometer a produtividade da equipe, como já mencionamos. Comece já a trabalhar para evitar que essa situação se torne frequente na sua empresa! Fonte:Associação Comercial SP

Índice

INFORMATIVO SINDICAL	2	IPVA.....	4
VAREJO - FECOMERCIOSP	2	MEIRELLES	4
4 PASSOS - ACSP	2	OPTANTES DO SIMPLES COM O	
REALIDADE TRIBUTÁRIA	3	E-SOCIAL	4
REAJUSTE SALÁRIO		NOTA FISCAL PAULISTA.....	4
MÍNIMO	4		

Feriados 2019

01/01/2019 - Ano Novo	lista
04/03/2019 - Carnaval	07/09/2019 - Independência
05/03/2019 - Carnaval	12/10/2019 - N. S. Aparecida
06/03/2019 - Carnaval	15/10/2019 - Dia do Professor
19/04/2019 - Sexta-Feira Santa	28/10/2019 - Dia do Servidor Público
19/04/2019 - Sexta-feira Santa	02/11/2019 - Finados
21/04/2019 - Tiradentes	15/11/2019 - Proclamação da República
01/05/2019 - Dia do Trabalho	20/11/2019 - Dia da Consciência Negra
20/06/2019 - Corpus Christi	25/12/2019 - Natal
20/06/2019 - Corpus Christi	
09/07/2019 - Revolução Constituciona-	

Expediente



Sindicato dos Servidores da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
Sede: Avenida São João, 313, conj. 14 - Edifício Seguradoras, São Paulo - CEP 01035-905 - Tel: (11) 3339-3121. site: www.sindfesp.org.br, e-mail: sind@sindfesp.org.br.
Sub-sede: Avenida Francisco Glicério, 1046, conjunto 96, Edifício Don Nery, Campinas,

SP - CEP13012-902 - telefone: (19) 2121-7357 - e-mail: campinas@sindfesp.org.br.
Sub-sede: Avenida Ana Costa, 222, conj. 35 - Edifício III Millennium Tower - Vila Mathias - Santos - 11060-000 - Tel: 13 3394-4776 - santos@sindfesp.org.br
 Diretoria Executiva:
 Amábile Priscila Fonseca Franco - César Augusto P. dos Santos - Francisco José da Silva - José Pedro Fraga - Márcia Coletti - José Cícero dos Santos - Nelson dos Santos Rodrigues - Sérgio Nicoletti Júnior

Jornal mensal produzido por Sind-Comunicações. Editor: Maria Aparecida F. F. Silva. Coordenação: Sérgio Nicoletti Júnior. Diagramação: Sind-Designer
 Colaboradores: Sérgio Nicoletti Jr, Amábile Priscila F. Franco, Márcia Coletti, Nelson dos Santos Rodrigues; César Augusto Pimentel dos Santos, José Cícero Rozendo dos Santos.



As informações divulgadas neste informativo não representam, necessariamente, a opinião da entidade Sindical Sindfesp. São matérias publicadas por diversos veículos de comunicação e divulgadas apenas para conhecimento dos associados. Este Jornal é uma publicação mensal e gratuita do Sindfesp, para divulgação de parceiros, lançamentos e ofertas. Participe enviando sugestões ou críticas para sind@sindfesp.org.br.

Realidade Tributária - excelente serviço de apoio aos pequenos e micro-empresários.

Nossos consultores desenvolveram estratégias sob medida para empresas de micro, pequeno e médio porte.

Nosso diferencial está pautado na seriedade da condução do processo, sempre atentando para as leis trabalhistas e fiscais, para que as atividades executadas tenham toda a legalidade exigida pela vigência da lei e não se transformem em problemas futuros.

Por um valor bianual sua empresa será considerada "Associada" e terá assegurado serviços complexos e de qualidade.

Se associe aos serviços e adquira diversos benefícios para sua empresa. Benefícios da proposta Realidade Tributária:

Defesa Trabalhista

Esclareça suas dúvidas trabalhistas e receba assessoria na defesa de

suas ações trabalhistas.

Custo: ZERO

Defesa Tributária

Esclareça suas dúvidas tributárias e receba assessoria na defesa de suas ações tributárias.

Custo: ZERO

Assessoria Jurídica

Esclareça suas dúvidas e receba orientações jurídicas.

Custo: ZERO

Assessoria Tributária

Esclareça suas dúvidas e receba orientações tributárias.

Custo: ZERO

Defesa Civil

Dívida com bancos, recálculo juros, recuperação empresas, recuperação INSS sobre a folha de pagamento, Procon - Juizado Especial e de pequenas causas

Custo: Subsidiado (50% tabela OAB)

REALIDADE Tributária

Financiamento BNDES – FINAME (Equip. Nacional)– DESENVOLVE SP – Bancos de Investimentos

. Capital de giro de forma isolada, ou seja, não associada ao financiamento de itens ou projetos. Pode retirar até 200 mil reais, para pagamento em 36 meses, com 3 de carência, comprovando faturamento de 360 mil reais/ano, dispensando garantia real.

Custo: % no êxito.

. Empréstimo pessoal com garantia de imóvel em até 40 dias depois de entregues os documentos (imóvel em nome de pessoa jurídica ou de pessoa física), com 180 meses para pagamento, com valor de até 60% do valor de avaliação do imóvel.

Custo: % no êxito.

Recuperação de Crédito ICMS sobre a energia elétrica (Estado São Paulo)

Através de via totalmente administra-

tiva, sua empresa recupera o ICMS pago quando da utilização de bens de produção (máquinas diversas). Para isto, a contabilidade tem que estar no lucro presumido ou real.

Custo: Subsidiado, 30% do valor recuperado, pago somente no êxito.

Projeto de Energia Solar

Através de financiamento bancário, para comércio ou residência.

Custo: Subsidiado, % sobre o financiamento.

Revista

Com conteúdo de interesse dos pequenos e médios empresários, sua empresa pode se destacar anunciando.

Custo: Diferenciado

Os serviços relacionados onde constam Custo: ZERO, estão inclusos no pacote bianual da proposta e podem ser acionados pelo empresário sem custos adicionais, exceto os reembolsos de despesas, tais como: deslocamento, estadia, alimentação, cópias, taxas e custas.

Esclarecimentos importantes aos empresários

O que significa assessoria jurídica?

Uma orientação correta nas tomadas de decisões do dia a dia da empresa faz toda diferença ao negócio, pois proporciona ao empresário segurança e tranquilidade, fatores que potencializam para a sobrevivência da empresa no mercado competitivo, bem como para a sua expansão.

Um grande costume, também um grande erro dos empresários é acionar um advogado apenas quando o problema já está estabelecido, ou seja, quando a empresa já foi intimada como ré em alguma demanda judicial ou quando precisar entrar com uma ação para garantir um direito que foi violado. Porém, este costume já começou a mudar, quer saber por quê?

Porque empresários com uma visão ampla e com foco no crescimento de sua empresa, perceberam que ao ter uma assessoria jurídica que o orienta e previne em suas tomadas de decisões, lhe dá segurança jurídica para verdadeiramente gerir o seu negócio como empreendedor, vendedor e gestor que deve ser, seja ao fechar contratos com clientes e fornecedores, lançar um novo produto/serviço no mercado, contratar ou demitir um funcionário ou até mesmo para adverti-lo, seja para ampliar a sua empresa e/ou abrir uma nova empresa/filial, dentre outras tantas questões que fazem parte do meio corporativo.

A **Realidade Tributária** conta com uma assessoria jurídica que estará à disposição do associado sempre que este precisar, não existe limite para utilização deste serviço, o associado poderá utilizar sempre que julgar necessário. Contando com um canal para esclarecer dúvidas e obter orientações sobre quaisquer questões da área jurídica, sejam elas da área cível, tributária, previdenciária, criminal, etc.

O que significa assessoria tributária?

Um dos desafios para os empresários é manter-se em dia com as leis tributárias, sejam elas de caráter municipal, estadual ou federal. Isso porque nossa legislação é bastante dinâmica e alterações são realizadas frequentemente no âmbito tributário. Cabe aos empresários manterem-se atualizados em relação a essas mudanças e suas implicações.

Quando conseguimos acompanhar essas mudanças garantimos que as apurações e o pagamento dos impostos devidos pela empresa, evitando multas e problemas com o fisco.

A **Realidade Tributária**, dispõe de profissionais especialistas na área tributária, que estão sempre prontos para atender o associado sempre que precisar, não existe limite para utilização deste serviço, o associado poderá utilizar sempre que julgar necessário. Contando com um canal para esclarecer dúvidas e obter orientações sobre quaisquer questões da área fiscal sejam elas da esfera municipal, estadual ou federal.

Defesa Trabalhista ?

Sem a gestão correta dos procedimentos e obrigações trabalhistas e a grande demanda dos empregados na Justiça do Trabalho, o passivo trabalhista pode se transformar em obstáculos para o desenvolvimento regular do seu negócio.

Para evitar tais problemas, a **Realidade Tributária** possui larga experiência em Direito do Trabalho, sobretudo na defesa de empregadores. Assim, podemos auxiliar você e/ou sua empresa no âmbito judicial, com acompanhamento de processos desde a primeira instância até os Tribunais Superiores. No âmbito administrativo, atua representando o cliente junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e Sindicatos.

Nossa atuação é pautada em adoção

de estratégias visando reduzir o passivo trabalhista.

Durante o período de vigência da adesão à **Realidade Tributária** defendemos o associado sempre que necessário.

O associado só terá custo de deslocamento/ alimentação/ hospedagem se houver necessidade de deslocamento dos colaboradores da Realidade Tributária.

A empresa participante ao ser notificada da reclamação trabalhista deverá entrar em contato imediatamente com a Realidade Tributária, e será orientada sobre o envio da documentação necessária para os estudos técnicos e elaboração da peça jurídica que seja enviada a justiça do trabalho, outorgar procuração Ad-judicia para que possamos representá-lo nas audiências e comparecer às reuniões agendadas com o corpo jurídico para sanar dúvidas, esclarecer pontos controversos e adotar a linha de defesa mais adequada ao caso.

Defesa Tributária no âmbito administrativo

O Sistema Tributário Nacional representa fonte de grande preocupação em todo o meio empresarial. O conhecimento de seu funcionamento, bem como o entendimento da atuação no âmbito Administrativo Tributário é fundamental.

O acompanhamento tributário tem a capacidade de levar uma empresa ao sucesso ou ao fracasso, especialmente pela crescente exigência arrecadatória do Fisco, que detêm ferramentas de fiscalização complexas.

Na esfera administrativa do campo do Direito Tributário, a relação estabelecida entre o Poder Público e o Contribuinte pode ser complicada e o Processo Administrativo Tributário funciona como um instrumento de solução de conflitos entre as partes. A fase administrativa no Direito Tri-

butário é de suma importância para a defesa dos interesses dos clientes, pois o processo administrativo tributário surge como alternativa legítima para o exercício do controle da legalidade no lançamento e a pacificação dos conflitos de natureza tributária. Muitos acreditam que o direito tributário só existe após o recebimento da Cobrança Judicial dos Impostos, esquecendo-se que nesta fase administrativa, o crédito tributário já está plenamente constituído, e possui presunção de validade. Assim, é de suma importância que o trabalho de defesa se inicie já na Fase Administrativa da constituição do Crédito Tributário. Nesta fase, o acompanhamento por advogado não é obrigatório, mas é extremamente recomendável, pois é neste momento que as ilegalidades são cometidas e posteriormente homologadas pelo Fisco.

Mesmo que o advogado não possa desconstituir o tributo ou a multa na fase administrativa, o trabalho realizado nesta fase pode ser a diferença entre poder ou não realizar a desconstituição judicial posterior.

Ao receber o Auto de Infração o associado deverá entrar em contato com a **Realidade Tributária**. Após análise dos documentos, será agendada uma reunião com os dirigentes da empresa associada e os profissionais responsáveis pela defesa administrativa.

A empresa associada da **Realidade Tributária** deverá apresentar todos os documentos e informações necessárias para embasamento da defesa administrativa.

Esgotadas todas as instâncias de defesa administrativa, ficará a critério de a empresa associada contratar os profissionais da parceira com preços subsidiados, ou contratar qualquer outro profissional de acordo com sua preferência para continuar a defesa no âmbito judicial.

Reajuste do salário mínimo

O salário mínimo em 2019 passa de R\$ 954 para R\$ 998. O novo valor já está em vigor. A decisão foi publicada na noite desta terça-feira (1º), em decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro. O texto estabelece, ainda, o valor diário do salário mínimo em R\$ 33,27, e o valor por hora em R\$ 4,54. Tradicionalmente, esse decreto é publicado nos últimos dias de dezembro, mas Michel Temer deixou a tarefa para seu sucessor. O aumento do salário mínimo foi de R\$ 44 (4,6%) em relação ao anterior. No entanto, o valor ficou abaixo dos R\$ 1.006 aprovados pelo Congresso para o Orçamento deste ano. Por que isso aconteceu?



O salário mínimo é usado como referência para os benefícios assistenciais e previdenciários, como o abono salarial, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as aposentadorias e pensões do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). No caso de aposentados e pensionistas do INSS, a regra vale apenas para os que ganham até um salário mínimo. Quem ganha mais, recebe apenas o reajuste equivalente à inflação.

Salário deveria ser de R\$ 3.674,77, diz Dieese A lei que criou o salário mínimo foi assinada em 1936, pelo então presidente Getúlio Vargas. A legislação definiu o valor como a remuneração mínima devida ao trabalhador, capaz de satisfazer suas necessidades de alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte.

IPVA 2019 está disponível para consulta e pagamento

Os proprietários de veículos registrados no Estado de São Paulo podem conferir o valor do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de 2019, e inclusive fazer o pagamento, em toda a rede bancária. A consulta pode ser realizada nos terminais de autoatendimento, pela internet ou diretamente nas agências, bastando o número do Renavam do veículo.



Também é possível verificar diretamente no portal da Secretaria da Fazenda (portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/ipva/), mediante o número do Renavam e placa do veículo. O proprietário tem até a data de vencimento da placa (veja tabela) para quitar o imposto em cota única, com desconto, ou pagar a primeira parcela do tributo.

A partir de janeiro, o contribuinte também pode optar pelo licenciamento antecipado e realizar o pagamento independentemente do número final da placa do veículo:

- em cota única, até o dia 22 (vinte e dois) de janeiro de 2019, com desconto de 3%;
- em cota única, até o dia 22 (vinte e dois) de fevereiro de 2019, sem desconto;
- até o dia 22 (vinte e dois) de março de 2019, relativamente ao pagamento da terceira parcela, quando tenha ocorrido a opção pelo parcelamento.

Quem deixar de recolher o imposto fica sujeito a multa de 0,33% por dia de atraso e juros de mora com base na taxa Selic. Passados 60 dias, o percentual da multa fixa-se em 20% do valor do imposto.



Optantes do Simples Nacional devem aderir ao eSocial em janeiro de 2019

Grupo formado por empresas optantes do Simples Nacional, empregado pessoa física e entidade sem fins lucrativos deve enviar o cadastro do empregador e as tabelas.

Passam a ser exigidas a partir de janeiro de 2019 as informações da primeira fase do eSocial para as empresas do grupo 3, formado por microempreendedores individuais com empregado, microempresas, empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, associação sem fins lucrativos, condomínios e pessoas físicas empregadoras, excetos os empregadores domésticos, que já integram o eSocial há alguns anos.

Os empregadores optantes por esse regime tributário diferenciado devem constar nessa situação em 1º de julho de 2018 para se enquadrarem no grupo. As empresas constituídas após essa data com opção pelo Simples também integram esse grupo e devem seguir as fases de implantação do sistema.

Sobre o programa Nota Fiscal Paulista

A Nota Fiscal Paulista, criada em outubro de 2007, integra o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do governo do Estado de São Paulo e reduz, de fato, a carga tributária individual dos cidadãos, que recebem créditos ao efetuar compras de mercadorias em São Paulo. O Programa Nota Fiscal Paulista devolve até 30% do ICMS efetivamente recolhido pelo estabelecimento a seus consumidores. Ele é um incentivo para que os cidadãos que adquirem mercadorias exijam do estabelecimento comercial o documento fiscal. Os consumidores que informarem o seu CPF ou CNPJ no momento da compra poderão receber créditos e ainda concorrer a prêmios em dinheiro.

1. Em cada compra, o consumidor informa seu CPF/CNPJ e solicita o seu documento fiscal.
2. O vendedor registra o CPF/CNPJ do comprador e emite o documento fiscal.
3. Após o cálculo de créditos mensal, a Secretaria da Fazenda creditará ao consumidor a parcela do crédito do Programa.
4. O crédito liberado poderá, dentro de cinco anos, ser utilizado para reduzir o valor do débito do IPVA ou ser transferido para conta corrente ou poupança.

Henrique Meirelles: ocupar Secretaria em São Paulo não é retrocesso

Após aceitar convite para a Secretaria da Fazenda e Planejamento em SP, ex-ministro da Fazenda fala sobre desafios do novo cargo.

Por André Jankavski

Na entrevista a seguir, Meirelles fala sobre os desafios na nova função, analisa o trabalho do próximo ministro da Economia, Paulo Guedes, e diz como enxerga o futuro do governo de Jair Bolsonaro.

Como o sr. se vê saindo de uma candidatura presidencial para assumir o cargo de secretário de um Estado?

O importante é a contribuição que uma pessoa pode fazer pelo Brasil. São Paulo pode ser um motor importante de crescimento do país. O Estado perdeu o espaço na economia brasileira nos últimos anos, em função de programas específicos de outras regiões. Porém, São Paulo tem como atrair novamente parte desses investimentos. Temos uma infraestrutura logística boa e mão de obra qualificada. E ainda existem outras oportunidades, como no setor de tecnologia. As fintechs, por exemplo, estão crescendo. Há muito espaço

para São Paulo se tornar um centro de desenvolvimento para esse tipo de empresa ainda maior do que já é. E o cargo tem uma função extremamente relevante, que vai juntar diversas secretarias. Isso dá condições de adicionar muito valor à função.

Mas após ocupar o cargo de ministro da Fazenda, a opção por ser secretário não poderia ser vista como um retrocesso na carreira?

Durante a campanha, eu falava que poderia não ganhar o voto dos brasileiros, mas queria ganhar o respeito. Isso aconteceu. Foi uma campanha que levou uma mensagem. Essa era a minha finalidade. Quando eu saí do BankBoston decidi retribuir ao Brasil tudo o que ele me deu, como a educação pública. Por isso, aceitei ser presidente do Banco Central, depois ministro e, agora, a secretaria no governo de São Paulo.

O senhor solicitou algum tipo de carta branca para aceitar o cargo?

Sim. Autonomia total.

Quais são os seus objetivos para o Estado, pensando em 2022? São Paulo não tem tantos problemas fi-

nanceiros como o Governo Federal.

A meta é trazer desenvolvimento e ganho de salário e renda para a população. Não adianta você equilibrar o orçamento somente com cortes de gastos. Tem que fazer investimento em segurança, educação e saúde. O próprio resultado da educação em São Paulo não tem sido positivo nos últimos anos, segundo os testes de desempenho. Logo, precisamos equipar o Estado para servir a sua população com mais qualidade. Isso funciona andando em conjunto com o crescimento econômico da própria região. O estado pode crescer mais. Há espaço para ser mais relevante não só em tamanho, mas também em taxa de crescimento. Além de desenvolver e atrair novas indústrias.

O senhor pensa em fazer reformas em São Paulo?

Sim, mas ainda é muito cedo para detalhar. Estou apenas começando o trabalho.

O senhor passou pela transição de sair da iniciativa privada e já entrar em um cargo relevante na gestão pública. O próximo ministro da Econo-

mia, Paulo Guedes, está enfrentando o mesmo. Qual é a principal diferença entre ser um presidente de uma empresa e um gestor público?

As negociações são bem diferentes, até mesmo dentro da esfera pública. Um presidente do Banco Central é diferente de um ministro da Fazenda, por exemplo. O ministro tem um poder muito grande, mas que demanda muita negociação, especialmente com o Congresso. São tipos de poder diferente.

Houve algum choque de realidade ao assumir o ministério da Fazenda?

Eu estava ao lado dos ministros quando era presidente do BC. Então, tinha a perfeita noção dos trabalhos de cada um. Acompanhei todas as negociações e conversas com o Congresso. Isso me ajudou na hora de assumir o ministério no início do governo Temer. Aceitei o desafio sabendo que teria que aprovar reformas importantes, como o teto de gastos, para manter a confiança do mercado em alta.

Essa confiança é algo que o atual governo também está recebendo do mercado. Fonte: Editora Abril